

Inclusão de sistemas de captação e reaproveitamento de água nos municípios, de coletiva de esgotos.

Inclusão de sistemas de captação e reaproveitamento de água nas unidades habitacionais construídas pelo programa Minha Casa Minha Vida nos moldes coletivos (Decreto nº 6.092, de 24 de maio de 2007, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade e a Lei 4.380, de agosto de 1964).

Inclusão de sistemas de captação e reaproveitamento de águas em instituições públicas, municipais, estadual e federal e indústrias, e outros.

Inclusão nos códigos de edificações dos municípios para padronização de instruções com sustentabilidade e reaproveitamento da água.

Apoio aos projetos de lei que estão tramitando no Congresso Nacional, no que se refere ao uso racional das águas e reaproveitamento das águas.

O Nordeste brasileiro vive a maior e mais devastadora seca dos últimos 40 anos, uma das mais inclementes de todas as 73 já registradas desde 1559. Pela primeira vez de 1912 até aqui, há um século, nada choveu nos meses seguidos de março, abril, maio e junho. No semiárido dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e no Norte de Minas, 1.046 municípios estão em estado de emergência, mais de 20 milhões de nordestinos castigados, cerca de 90% da população de todo o semiárido atingida. Desse total, mais de 8 milhões vivem na zona rural, sofrem sede e o desespero de verem seus rebanhos dizimados. A despeito de programas emergenciais como o do carro-pipa, frequentemente têm que comprar até a cuia d'água de sua própria sobrevivência.

Registre-se que os programas de inclusão social do Governo Federal minimizaram a fome das pessoas, evitando cenas de invasões e saques frequentes em secas anteriores. Mas as políticas emergenciais de abastecimento d'água e de suprimento de alimentação animal foram absolutamente insuficientes. A agricultura sofreu perdas de cerca de 80% na região. Os rebanhos foram reduzidos à metade, sobretudo porque este ano, os produtores já não contaram com a palma forrageira, praticamente destruída na região pela praga da cochonilha do carmim. O mandacaru e outros cactos rarearam. A produção do leite caiu 70%. Até as abelhas sofreram. A apicultura também perdeu cerca de 70% de sua produção. Nem os poucos perímetros irrigados se livraram dos prejuízos e amargam perdas em torno de 50%. O próprio Ministério da Integração de nossa frágil economia rural não tem preço mensurável. Os técnicos são unânimes em estimar prazos mínimos de dez anos para que os rebanhos voltem ao estágio de 2.011, mantida a atual política de financiamento.

O noticiário registra chuvas esparsas e rápidas em alguns pontos do Nordeste, mas os meteorologistas, reunidos em Campina Grande em dezembro passado, representam 17 instituições públicas de pesquisas, controle e gerenciamento de águas, não deixam dúvidas. As chuvas serão irregulares e abaixo das médias históricas,

anos subsequentes.

Desde que se começou o registro das secas no Nordeste, no remoto 1.559, a intercorrência das estiagens na região é de apenas 6,3 anos, ao longo de 425 anos de observações. Outras secas virão, com absoluta certeza. O que mudará serão apenas a intensidade e a abrangência de cada uma delas. As secas são absolutamente inevitáveis, mas a calamidade, o sofrimento, a fome, a sede, a dizimação de rebanhos e a desorganização da economia rural não são.

Em lugar algum do mundo está escrito que, já na segunda década do século XXI, o nordestino não tenha sequer uma cuja d'água pra beber.

Outras regiões semiaridas do mundo são produtivas. Por que a nossa não apenas não o é, como ainda condena mais de 8 milhões de nordestinos da zona rural à fome, a sede, à dor e ao desespero?

O Brasil dispõe de conhecimento, tecnologia e recursos para preparar o Nordeste para a convivência com a seca. Somos a sétima economia do mundo. Ainda agora, o país flexibiliza leis, aloca recursos extraordinários e faz o que é necessário para que, em tempo recorde, se construam estádios monumentais, se ampliem e estruturarem portos e aeroportos e as cidades se preparem para a próxima Copa do Mundo. O Brasil também pode preparar o Nordeste para a próxima seca. Se quiser. E está na hora de querer.

O Governo de Vossa Excelência, em boa hora, reconhece que País rico é um País sem miséria. Permitimo-nos acrescentar, corroborando e explicitando a visão e a preocupação de Vossa Excelência. País rico é um país sem miséria e sem regiões excluídas, sem populações inteiras condenadas à desesperança. Sem vidas secas, sem os órfãos do sol e dos pais vivos que os deixam, em busca de emprego no Brasil que cresce se desenvolve e absorve mão de obra.

Somos um movimento regional e suprapartidário, apenas movido pela consciência cidadã de ecoar o clamor surdo e contido que se eleva dos campos desertos e da caatinga - hoje tão cinzenta como o horizonte de vida de 20 milhões de nordestinos.

sindicatos, de federações, de movimentos de trabalhadores e de agricultores, de representantes do movimento social e, acima de tudo, cidadãos de todos os

Nordestes.

Diante do quadro da calamidade social e econômica que hoje sofre nossa região, por causa da seca, apresentamos à Vossa Excelência reivindicações de medidas emergenciais que atendam a urgência dessa estiação, e de medidas permanentes e duradouras de fortalecimento da economia rural do Nordeste, de sua infraestrutura hídrica, e das reservas para alimentação dos rebanhos, de tal forma que jamais se reviva o drama social e econômico de 2.012, no Nordeste rural.

Temos a esperança de que, no Governo de Vossa Excelência, se possa finalmente vislumbrar o que o Nordeste reivindica há muitas estiações: um conjunto de políticas públicas e programas de governo que nos permitam a convivência com a seca e com o clima, implementadas sem a pressão da calamidade, em períodos de normalidade climática, como resultado da determinação política de um País e de um Governo que terão entendido que as secas são inevitáveis. Mas a calamidade, não.

AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA HÍDRICA

- Conclusão, em caráter absolutamente urgente e prioritário, das obras de transposição do Rio São Francisco para os Estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará;

- Implementação, também em caráter urgente e prioritário, de obras de esgotamento sanitário dos municípios às margens dos rios ou canais da transposição, de tal forma que não se poluam essas águas, essenciais para o abastecimento humano;
- Construção de novas barragens receptoras das águas do São Francisco e ampliação das regiões beneficiadas com a transposição;

- Alocação de recursos no OGU para a construção de adutoras para as cidades e comunidades rurais, conforme a Lei Brasileira de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997),

barragens subterrâneas, utilizando as tecnologias simplificadas, de baixo custo e rápida execução, como a de lona, já bem difundida na região;

- Garantia de pelo menos um ponto de água potável (poços ou cisternas de placa ou de calçada, ou qualquer outra tecnologia), em cada propriedade rural, de forma a garantir o abastecimento humano;

- Integração de bacias dos principais rios intermitentes, nos diversos Estados, que viabilizem o armazenamento e a distribuição de água, em complemento e suporte à transposição do São Francisco;

- Construção de pequenos açudes, barreiros e agudadas, com vistas à dessedentação animal e à irrigação de salvação da agricultura familiar.

- Adoção de políticas públicas participativamente construídas com os Comitês de Bacias e representantes das diversas regiões envolvidas, com vistas à segurança hídrica e a outros temas estratégicos no semáforo brasileiro;

- Ampliação do Programa Federal de recuperação e revitalização dos perímetros irrigados com viabilidade econômica, com aproveitamento mais eficiente do uso da água;

- Instalação de medidores elétricos especiais do Programa Tarifa Verde nos Mananciais, com segurança hídrica e que tenham área com solos aptos para irrigação, com linhas de crédito subsidiadas para pequenos projetos de irrigação;

AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA RURAL

- Estimulo e apoio à recuperação dos rebanhos (bovino, caprino e ovinos) e à retomada de atividades agrícolas, com ênfase em culturas adaptadas e resistentes à seca;

- Apoio à reorganização da comercialização de produtos da agricultura familiar, articulando-se o mercado aberto e os mercados institucionais, a exemplo de hospitais, escolas, creches e presídios;

- Solução imediata e definitiva para o endividamento dos produtores do

manutenção dos rebanhos;

- Suspensão imediata das execuções de dívidas rurais em todo o Nordeste e das restrições cadastrais a esses devedores;

- Disponibilização de novos empréstimos com juros diferenciados, com vistas à retomada da atividade econômica e à recomposição dos rebanhos nas áreas atingidas pela seca.

- Execução de programas efetivos de geração de renda para que o sertanejo não transforme o que resta do bioma Caatinga em meio de vida, de subsistência e em carvão;

- Capacitação dos jovens do meio rural através de cursos profissionalizantes que obedecem e respeitem as vocações regionais;

- Execução de programas permanentes de apoio e incentivo à produção, à silagem, fenação e oferta de forragens para alimentação animal, com ênfase para espécies resistentes e subprodutos da indústria regional, como o bagaço de cana;

- Retomada do cultivo da palma forrageira resistente à cochonilha do carmim, através da implantação de bancos de produção de raquetes para distribuição com os produtores;

- Fortalecimento das ações da Emater, hoje praticamente extintas, nas áreas de assentamento da reforma agrária e de agricultores familiares tradicionais, para organização da produção e acesso aos mercados;

- Continuidade do programa de distribuição de milho e torta de algodão, com logística que permita segurança pontualidade e assistência efetiva ao produtor, por parte da Conab.

- Criação de fontes permanentes de recursos para estudos e pesquisas do bioma caatinga, visando sua preservação e exploração econômica racional, respeitando-se a preservação e a sustentabilidade.

- Criação de um PAC do semiárido nordestino, voltado para programas de convivência com a seca;

CARTA DO NORDESTE

documento:

tentar sensibilizar os governos para o grande problema da seca. Um deles reuniu as entidades estaduais que representam os municípios, que produziram o seguinte

Os presidentes das Entidades Municipais do Nordeste, diante do quadro duríssimo por que passa a população Nordestina, que enfrenta a pior seca dos últimos 50 anos, reconhecem as ações implementadas, até agora, entretanto lamentam a não inclusão dos municípios como agentes executores e demonstram sua insatisfação diante da falta de respostas do Governo Federal a reivindicações já feitas e que, se implementadas, já poderiam ter mudando a triste e cruel realidade por que passam quase 10 milhões de pessoas de forma direta.

Atualmente mais de 1.400 municípios de nove Estados já declararam situação de emergência em 2013, representando 22% das cidades brasileiras.

O cenário de miséria, fome e perdas na agropecuária continua inalterado, impactando negativamente em todo o país, pressionando o índice inflacionário e provocando o desabastecimento de produtos da cesta básica, mesmo com as chuvas ocasionais que têm caído em parte no Nordeste. Além dos prejuízos nas lavouras e criações, a demanda assistencial tem aumentado sem contrapartida financeira. Pelo contrário, o Fundo de participação dos Municípios (FPM), já é menor que o mesmo período de 2012, em contraponto ao aumento constante dos compulsórios.

Os presidentes das Entidades reivindicam mais desburocratização, ações

emergenciais e estruturantes, em parceria com os municípios, para que os mesmos passem de meros expectadores a agentes ativos desse processo e possam devolver ao Nordeste e sua brava gente, opções de vida, trabalho e a oportunidade de contribuir

com o desenvolvimento da Nação.

DEFESA CIVIL;

- LIBERAÇÃO DE RECURSOS DE TODOS OS CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE JÁ CELEBRADOS ENTRE O GOVERNO FEDERAL COM OS MUNICÍPIOS NORDESTINOS E QUE SE ENCONTRAM BLOQUEADOS E/OU INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR
DESCONSIDERANDO A INSCRIÇÃO NO CAUC;

- SUSPENSÃO IMEDIATA DAS EXECUÇÕES JUDICIAIS DE PRODUTORES;

CONTRATAÇÃO DE CARRO PIPA PELO MUNICÍPIO COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE ESTAÇÃO MÓVEL DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CUMPRIMENTO DA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1/2012/MI/MD.

- PERFURAÇÃO, INSTALAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS;

- COMPRA DE RAÇÃO ANIMAL;

- CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINA PARA DESASSOREAMENTO , CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE AÇUDES;

-REPRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA FORÇA NACIONAL DE MERGÊNCIA/SECA.

Nas ações estruturantes, implantação de uma política pública de convivência com os efeitos da seca priorizando:

- APRECIÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO A SEREM APRESENTADOS PELOS MUNICÍPIOS PARA AÇÕES HÍDRICAS E DE MANUTENÇÃO DO REBANHO;

- CONSIGNAÇÃO PERMANENTE DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO POR MUNICÍPIO, DURANTE CINCO ANOS, PAR A AÇÕES DE CONVIVÊNCIA COM A SECA;

- CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA FEDERAL PARA O CULTIVO DE FORRAGENS DE FORMA ESTRATÉGICA PARA SERVIR COMO RESERVA ALIMENTAR;